



MISERICÓRDIA
DE SANTO TIRSO

RELATÓRIO E CONTAS 2020

www.iscmst.pt

Índice

1 .	Corpos Sociais -----	04
2 .	Organograma Institucional -----	05
3 .	Mensagem Mesa Administrativa -----	06
4 .	Considerações Gerais -----	08
5 .	Demonstrações Financeiras -----	33
6 .	Análise -----	35
7 .	Anexos -----	41
	Anexo -----	
	Parecer do Conselho Fiscal -----	
	Certificação Legal das Contas -----	



I. Corpos Sociais

CORPOS SOCIAIS PARA O QUADRIÉNIO 2019-2022

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	- Joaquim Barbosa Ferreira Couto, Dr.
Vice-Presidente	- José Pedro Castro Morêda Miranda, Dr.
Secretários	- António Lereno Sousa Machado, Engº

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	- José dos Santos Pinto
Vice-Provedor	- Hélder Roberto Vilela Araújo, Engº
Secretária	- Maria Teresa Andrade Polónia, Dra.
Tesoureiro	- Ricardo José Salvador Batista, Dr.
Vogais	- Fernanda Isabel Faria Lages Torres, Dra. - Duarte Manuel de Faria Gonçalves, Dr. - Lucília Maria Costa Afonso, Dra.

Substitutos José Luis de Sousa Marques

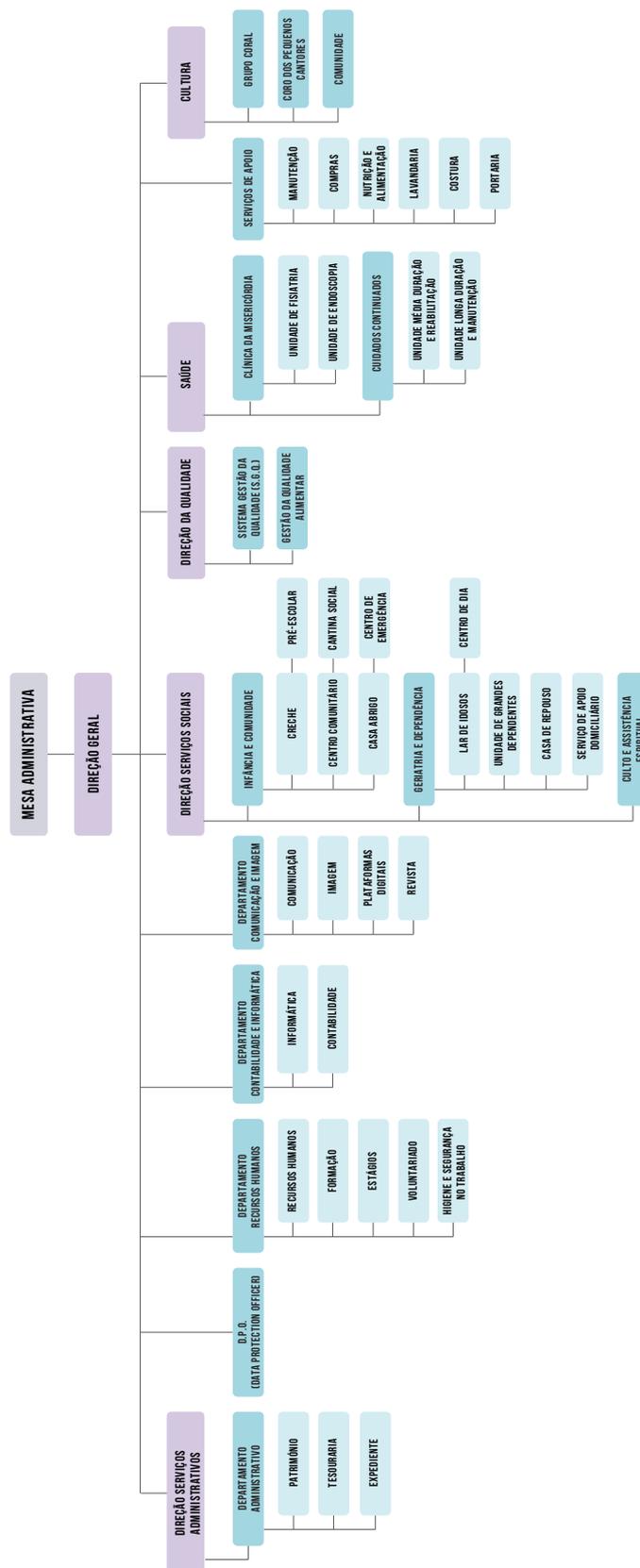
CONSELHO FISCAL

Presidente	- António Jorge Pereira Ribeiro, Dr.
Vice-Presidente	- Artur Manuel C. Guimarães Santoalha, Engº
Secretário	- Albino Agostinho Martins Sousa, Engº

Substitutos

- Sérgio Miguel Azevedo Carneiro
- Emílio Castelar Oliveira
- Paulo Jorge Almeida Ferreira Dias

2. Organograma Institucional





3. Mensagem da Mesa Administrativa

Os temas das nossas revistas publicadas em 2020 foram “COMVIDA” e “REAGIR”.

“COMVIDA” foi a principal preocupação do primeiro semestre do ano. Depois de dois meses de normalidade, fomos apanhados pela pandemia e por uma crise sanitária que levou todo o nosso foco nos quatro meses seguintes. Acresceu a tudo isto o impacto económico-financeiro inerente ao confinamento e ao encerramento das nossas clínicas.

Foi neste contexto COVID que toda a família Misericórdia demonstrou comprometimento e determinação em proteger vidas.

“Reagir” tem como definição “Responder de uma certa maneira a um acontecimento: Resistir, lutar” e foi desta forma que encarámos o segundo semestre. Reorientámos as nossas táticas para ir de encontro à estratégia traçada para este ano.

No nosso Plano de Atividades e Orçamento tínhamos assumido os seguintes compromissos:

- Reabilitar o Bairro da Misericórdia.

Das 8 moradias de tipologia T2 e 2 moradias de tipologia T1, 4 moradias de tipologia T2 estarem no mercado de arrendamento, bem como serem iniciados todos os processos tendentes ao início das obras de mais 2 moradias de tipologia T1 e 2 moradias de tipologia T2.

- Dar continuidade às obras de remodelação da Casa de Repouso de Real.
- Avançar com obras de remodelação no Lar Dra. Leonor Beleza, nomeadamente nas casas de banho e nos espaços comuns.
- Desenvolver, no Edifício do antigo Liceu, um estudo económico e de mercado, a fim de avaliar o potencial imobiliário deste edifício.
- Ter em funcionamento a nova Unidade de Cuidados Continuados, no último trimestre de 2020. No antigo edifício da ARCO Têxteis: uma Unidade com capacidade para 36 camas, sendo 34 objeto de contratualização com a A.R.S. – Norte, ficando 2 camas para negociação com privados, nomeadamente seguradoras.

Todos estes objetivos foram atingidos.

A instituição, antes do final do ano, atingiu o patamar dos 400 colaboradores, serviu cerca de 2500 utentes dia, tendo um encargo com remunerações de €5.068.767,65 e um investimento de €2.778.345,00, afirmando-se como um elemento fulcral da economia local.

O ano em análise será um marco na História da humanidade e consequentemente da nossa Misericórdia, mas é também o confirmar do espírito inquieto, empenhado, solidário e comprometido de todos quantos levaram, nestes tempos difíceis, a que tenhamos cumprido com a nossa Missão, Visão e Valores.

Um grande bem-haja a toda a equipa que constitui esta Misericórdia

O Provedor



Juliano de Almeida
Francisco de Almeida
Fernando Abel Faria Lopes Sousa
Lúcia Maria Costa Sousa
Aldar Roberto Vilela Araújo



4. Considerações Gerais

Apesar das vicissitudes e adaptando-nos a circunstâncias alheias à nossa missão, em 2020 a nossa Visão Estratégica continuou direcionada para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade, potenciando a melhoria contínua junto dos/as nossos/as colaboradores/as, parceiros e entidades envolvidas na nossa ação, de modo a sermos reconhecidos como entidade local preponderante nas nossas áreas de intervenção.



No dia 9 de Novembro de 2020, entrou em funcionamento a Unidade de Longa Duração e Manutenção “Comendador Alberto Machado Ferreira”, num investimento total de cerca de €2.000.000,00, com 36 camas de capacidade (34 contratualizadas com a ARS Norte e 2 de retaguarda hospitalar para particulares), dobrando assim a resposta institucional em termos de Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados – RNCCI.

Com o objetivo de aliviar a pressão nos serviços de internamento dos hospitais e permitir uma resposta mais eficiente por parte dos serviços de saúde, foi estabelecido um protocolo com o Centro Hospitalar do Médio Ave – CHMA, no sentido de disponibilizarmos até 16 camas para acolhimento de casos a aguardar integração na Rede Nacional de Cuidados Continuados de Longa Duração ou de resolução da sua situação social.

Ainda neste contexto foi estabelecido um acordo com o Instituto da Segurança Social para acolhimento de 7 casos sociais que se encontravam internados em hospitais.

Na Unidade de Fisiatria deu-se início a consultas de terapia da fala e a consultas médicas online de forma a poder dar resposta às necessidades dos/as utentes em tempo de pandemia. Complementarmente, consolidamos o serviço de incontinência urinária com um aumento de procura significativa.

A Unidade de Endoscopia manteve a atividade normal, respeitando as normas em vigor, excetuando o período de encerramento obrigatório entre Março e Maio.



Dois mil e vinte exigiu a todos/as uma enorme capacidade de dedicação profissional e de adaptação. Efetivamente, o contexto pandémico realçou o espírito de entreatajuda, reforçando a identidade institucional.

O facto de termos sido assolados na 1ª vaga da pandemia proporcionou-nos outra capacidade de reação, antecipação e superação das apelidadas 2ª e 3ª vagas.

A inexistência no mercado de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), outros meios de proteção e segurança contra a COVID-19, bem como a falta de testes, foram sem dúvida os maiores problemas sentidos na 1ª vaga, bem como os elevados custos associados.

Num universo de 239 utentes residentes em Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) tivemos 16 óbitos COVID, cenário que poderia ter sido pior se não tivéssemos desenvolvido uma resposta concertada e ajustada à realidade de cada valência. Implementamos um Plano de Contingência que estava constantemente a ser adaptado às novas informações e atualizações da DGS. As equipas operacionais estiveram sempre prontas a implementar as medidas que consideradas minimizadoras do risco de contágio.

O Serviço de Apoio Domiciliário esteve à altura das solicitações dos/as utentes confinados/as no seu domicílio. Na suspeita de casos COVID positivos, foram assumidos os cuidados contratualizados com os/as utentes, com as devidas precauções. De valorizar a disponibilidade desta equipa, bem como de alguns elementos do Jardim

de Infância, no apoio às ERPI, na 1ª vaga, em substituição dos/as colaboradores/as das valências residenciais que testaram positivo à COVID.

No Grupo da Infância e Comunidade sentimos a solidariedade das valências que tiveram a suspensão da atividade, assumindo o desconhecido do trabalho à distância mantendo a relação com as crianças no caso do Jardim de Infância e garantindo a domiciliação dos serviços aos/às utentes do Centro de Dia.

A Casa Abrigo deparou-se com o confinamento das mulheres vítimas e seus/suas filhos/as, com as dificuldades acrescidas da falta de emprego e dos adiamentos das reintegrações/autonomizações, bem como com os problemas inerentes ao acompanhamento escolar das crianças no ensino à distância, que requer maior apoio e conhecimentos informáticos que as próprias mães não possuem.

De toda a atividade desenvolvida, destacam-se os seguintes projetos:

- Candidatura PROCOP para revisão de acordo Casa Abrigo;
- Carta Compromisso 13 Vagas de Emergência – Casa Abrigo;
- Carta Compromisso Verbas de Autonomização – Casa Abrigo;
- Protocolo Cantina Social renovado (57 refeições/dia, que abrange 26 indivíduos);
- Candidatura ao Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas – POAPMC (distribuição mensal de alimentos a 30 pessoas sinalizadas pelo Centro Comunitário de Geão);
- Revisão do Acordo de Cooperação do Centro de Dia, no âmbito do PROCOP;
- “Felicidário mensal” para as valências residenciais (iniciativas que estimulam prazeres e memórias comuns aos utentes) e definição de “Felicidário Individual” (tendo em conta desejos auscultados de cada utente);
- Programa de Estimulação Cognitiva nas valências residenciais mantido com o apoio da equipa técnica e através de outros meios digitais e tecnológicos;
- Comemoração da Semana pelo Combate à Pobreza e Exclusão Social (CCG/CA)



- Projeto “Alô by Fidelidade” com a parceria da UMP constituiu uma iniciativa de responsabilidade social para os/as utentes das ERPI usufruírem de tablets para se ocuparem em tempo de confinamento e de suspensão das visitas, fomentando o contacto com os familiares por videochamada;
- Exposição fotográfica Marias Sem Medo, no Metro do Porto, em parceria com a EAPN.
- Comemoração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres (CA)
- Exposição fotográfica Mulheres de Azul, através da técnica cianotipia, patente na Biblioteca Municipal de Santo Tirso.



A instituição apresentou uma capacidade engenhosa de se adaptar e superar as contrariedades sentidas no domínio do Terceiro Setor. Sempre com foco na preservação da vida e do bem-estar dos/as utentes/clientes, a Misericórdia assumiu compromissos financeiros inesperados para garantir a Qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Como diz o ditado, “Em tempo de guerra, não se limpam armas” e, como tal, alguns procedimentos quotidianos do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) tiveram que ser “aligeirados” e priorizando-se os cuidados de pessoais e de saúde aos/às utentes. Entendemos porém, que a própria certificação da Qualidade, e a consequente implementação do SGQ, facilitou muitas rotinas que a pandemia exigiu. Rigor, segurança e higiene, são parte integrante dos nossos Procedimentos e Instruções de trabalho sempre com respeito pelas normas da DGS e da Segurança Social. Acreditamos que a Qualidade ajudou a organizar e a orientar os tempos conturbados.

Mantivemos o nosso compromisso com a Qualidade e submetemo-nos a Auditoria Externa da APCER a 17 e 18 de Junho, em regime presencial, mantendo as condições de segurança e transparência. Foram apontadas 4 Áreas Sensíveis e 9 Oportunidades de Melhoria. Todavia, o novo ano será ainda mais difícil, devido à instabilidade imposta pela pandemia, que obrigou ao adiamento de algumas tarefas de organização. O ano 2021 será de mudança de paradigma e de perspectiva de atuação. Será lançado novo Plano Estratégico, incluindo ajustamentos que a nova orgânica impulsionou.



As ERPI foram alvo de visita de Acompanhamento pela Unidade de Saúde Pública/ACeS Grande Porto/Santo Tirso-Trofa a 6 de Agosto de 2020, a fim avaliar a capacidade de resposta das valências à pandemia.

Na sequência de alterações orgânicas e maturidade do SGQ, a estrutura documental foi introduzida na nossa plataforma informática de consulta interna (DOCS). A constante adaptação é característica do SGQ e, por esse motivo, os documentos continuarão a alvo de potenciais revisões, de modo a simplificar e agilizar os procedimentos internos.



As Instituições são as suas pessoas, o maior e mais relevante ativo, a chave mestra para o sucesso dos serviços.

Consequentemente, Gerir Recursos Humanos ou Gerir Pessoas com qualidade é tarefa prima que distingue as organizações de excelência das restantes. A resposta está nos líderes (os superiores, os intermédios, as chefias diretas) que são, no fundo, os responsáveis por assegurar a garantia das condições de base para o desenvolvimento do máximo potencial dos colaboradores.

A atipicidade do ano colocou desafios institucionais em todas as frentes: 2020 foi, acima de tudo, um ano de muito trabalho, adaptação e superação em que conseguimos provar, na prática diária, que é possível fazer e cumprir em situação de limitação de recursos.

Tal foi (é) possível pela indiscutível entrega e disponibilidade de todos/as para com a responsabilidade de dar resposta aos destinatários dos nossos serviços: comunidade e utentes residentes.

Tivemos (temos) líderes à altura para enfrentar um ano crítico de pandemia sem precedentes, líderes multiplicadores, agregadores e promotores da inteligência coletiva das equipas (operacionais), sem esquecer as especificidades de cada um dos elementos, essencialmente as passíveis de potenciar. Mas os/as “Líderes Completos” são um mito. Estes que aqui trazemos são “Líderes Incompletos” que conhecem as suas potencialidades e se permitem circundar de outras pessoas com potencial



diferente e diferenciador, que os/as completam nas suas decisões (desta forma mais eficazes).

Tivemos (temos) operacionais de excelência que se excederam no terreno, dia após dia, mesmo perante situações extenuantes que pareciam não ter fim à vista.

Também o voluntariado teve um papel importante, que permitiu socorrer a valência que foi alvo do primeiro surto na Instituição e, posteriormente, apoiar outros serviços em necessidades eventuais de mão-de-obra.

O nosso Capital Humano, elemento central de qualquer organização, foi inexcedível ao colocar ao serviço desta Misericórdia as suas habilitações, formação, competências, experiência, atitude, com elevado grau de comprometimento.

Foi, por isso, uma prova de fogo para o recém-autonomizado Departamento de Recursos Humanos (que integra as áreas de Saúde e Segurança, Formação, Estágios e Voluntariado).

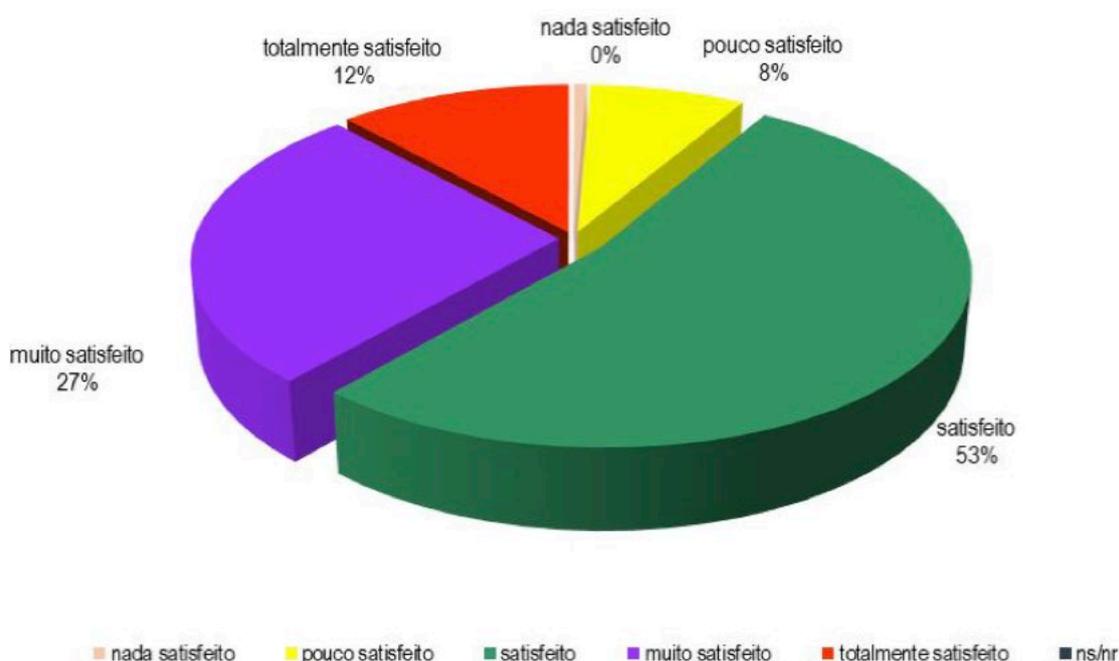
Em 2020, com a abertura de mais uma estrutura na área da Saúde (Unidade de Cuidados Continuados de Longa duração e Manutenção “Comendador Alberto Machado Ferreira”), o quadro de pessoal da instituição voltou a crescer, rondando agora os 400 colaboradores.

À semelhança de 2019, a avaliação de satisfação dos/as colaboradores/as foi efetuada através da disponibilização de um link de acesso ao questionário, para que os/as colaboradores/as pudessem aceder ao mesmo online e de forma individual, salvaguardando a privacidade das respostas dadas.

Porém, se em 2019 este processo foi acompanhado em todas as estruturas pelo Departamento Informático (por se tratar do primeiro ano de avaliação nesta modalidade), em 2020 optou-se por promover a autonomia dos/as colaboradores/as no acesso e resposta ao questionário. Apesar de esta decisão ter acarretado constrangimentos, como a diminuição do nº total de respondentes, tratou-se de um risco calculado, em função do propósito institucional de progressiva desmaterialização de processos e fomento da utilização dos meios digitais.

Assim, no que concerne à avaliação global, e apesar de se assinalar uma diminuição de 46% no número de respondentes relativamente a 2019, observa-se que o nível de insatisfação diminuiu 5%, não se registando qualquer resposta ao nível do “Nada Satisfeito”.

Complementarmente, em 2020 a satisfação global rondou os 92%, constituindo uma subida de 8% em relação a 2019, tendo a maioria dos/as respondentes optado pelo índice “Satisfeito” (53%), seguido pelo “Muito Satisfeito” (27%), e o “Totalmente Satisfeito” (12%).



(Avaliação Global da Satisfação dos/as Colaboradores/as em 2020)

Em todos os parâmetros avaliados pelo/as nossos/as colaboradores/as foi aferida uma variância positiva (contexto organizacional; cooperação e comunicação; mudança e inovação; reconhecimento e recompensa; relações com chefias; política e estratégia; posto de trabalho, qualidade; avaliação global). Ou seja, não obstante a diminuição acentuada de respondentes em 2020, os/as colaboradores/as continuam a responder muito afirmativamente e a demonstrar que sentem que trabalham numa Instituição inovadora e em permanente mudança.

No início de 2020, ainda a COVID-19 parecia um tema distante, a Instituição reforçou a aposta no desenvolvimento pessoal dos/as seus/suas colaboradores/as com cargos de chefia promovendo dois dias intensivos de formação externa em Hábitos de Alta Performance, por reconhecer que os líderes são tão mais eficazes, quanto mais investem no desenvolvimento das suas competências individuais. Esta aposta Institucional reflete a intenção de reforçar as competências transferíveis (soft skills) daqueles/as com responsabilidades na condução do dia-a-dia das valências e



dos serviços para que o façam assentes nas máximas “Liderar com competência” e “Liderar pelo exemplo”.

O fenómeno pandémico também condicionou a atuação Institucional na área da Formação quando, logo em Março, nos vimos a braços com o grande desafio da COVID-19.

Como seria expectável, no ano de 2020 destacou-se a Formação em e sobre COVID-19, recebida e dada aos/às colaboradores/as de todas as estruturas (valências e serviços) em momentos chave/críticos e com periodicidade apertada, no sentido de garantir que a informação e as orientações que saíam em permanência se traduziam na operacionalização dos serviços prestados.

Para além das formações eventuais externas nas quais participaram essencialmente quadros médios e superiores, foram desenvolvidas 57 ações formativas (nomeadamente nas seguintes áreas: Covid-19, Integração Institucional, Organização de Emergência, Recursos Humanos, Qualidade).

Também as áreas dos Estágios e do Voluntariado sofreram um impacto negativo motivado, nomeadamente:

- pelos contínuos períodos de confinamento, Estado de Calamidade e Estado de Emergência;
- pela sensação de risco potencial associada ao facto de integrarem contextos residenciais;
- pelo encerramento das valências Creche, Jardim de Infância e Fisiatria durante a 1ª vaga;
- pelas limitações e pelos constrangimentos inerentes à garantia e salvaguarda da segurança dos/as nossos utentes das estruturas residenciais;
- pela suspensão de estágios ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário;
- pela dificuldade no cumprimento de cargas horárias, presenças e objetivos no caso dos estágios em curso.

Ainda assim, foi possível acolher 18 estágios em 2020 e integrar 28 pessoas que de forma voluntária aderiram à Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, promovida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Tal permitiu colmatar necessidades eventuais de mão-de-obra, nas áreas social, comunitária e da saúde.



As organizações são incentivadas a aplicar medidas técnicas e organizativas nas fases iniciais da conceção das operações de tratamento, de forma a garantir os princípios da privacidade e proteção de dados logo desde o início (“proteção de dados desde a conceção”).

Por defeito, as organizações devem garantir que os dados pessoais sejam tratados com a mais elevada proteção da privacidade (por exemplo, apenas os dados necessários devem ser tratados, período de conservação curto, acessibilidade limitada) para que, por defeito, os dados pessoais não sejam disponibilizados a um número indefinido de pessoas (“proteção de dados por defeito”).

O cumprimento de tal objetivo envolve o tratamento e a aplicação de vários diplomas legais e regulamentos.

No ano em análise várias atividades foram desenvolvidas, a saber:

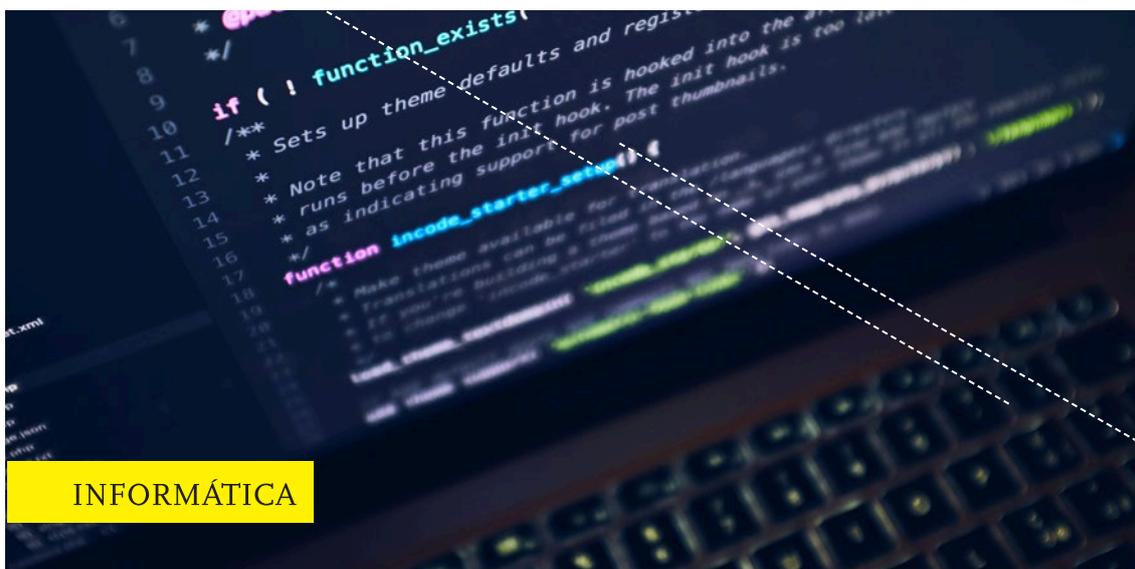
- Cumprimento dos requisitos legais instituídos, nomeadamente no que respeita aos novos colaboradores, prestadores de serviços e Irmãos da Instituição:
 - a) Mod.254.1 - Compromisso Ético;
 - b) Mod.369 - Consentimento de Imagem;
 - c) Mod.200 - Declaração RGD para Terceiros;
 - d) Mod.368.1 - Consentimento de Dados Pessoais.



- Sensibilização e formação aos novos colaboradores da Instituição:

Valências:	Nº de Colaboradores:
Unidades de Cuidados Continuados	36
Clínica de Fisiatria	2
Casa de Repouso de Real	16
Jardim de Infância	1
Lar Dra. Leonor Beleza	4
Lar José Luiz D'Andrade	5
Centro de Dia	1
Casa Abrigo	1
Serviço de Apoio Domiciliário	2
Outros Serviços	2
IEFP- “Programa MAREESS”	26
Total:	96

- Comunicação de deliberação de decisão por parte da Comissão Nacional de Proteção de Dados à violação de dados comunicada pela Instituição em 08.03.2020, tendo a mesma sido arquivada;
- Realização de “Workshop de Dados” promovido pela Nova SBE Data Science Knowledge Center, com a duração de 3 horas.



Apesar de todas as dificuldades inerentes ao estado geral de confinamento provocado pela Pandemia COVID-19, os sistemas de informação tiveram que manter o seu foco e continuar a operar todos os sistemas da Irmandade da Misericórdia de Santo Tirso.

Mais do que nunca, nesta fase, as tecnologias de informação permitiram garantir que todos os trabalhos fossem assegurados de forma remota, com recurso ao teletrabalho. Ferramentas como o e-mail (que até há algum tempo não era acessível fora da ISCMST), o TEAMS, o uso generalizado de VPN ou o aumento das larguras de banda no acesso à Internet, permitiram assegurar que, apesar de fisicamente os/as colaboradores/as não se encontrarem nas instalações, esse tipo de serviço era garantido de igual forma, permitindo dar continuidade à função essencial da Misericórdia, cuidar de pessoas.

Contudo, e apesar de toda a dinâmica e readaptação tecnológica que foi necessário fazer-se, o Departamento de Informática continuou o seu caminho de modernização e reforço do Sistema de Informação.

Como anteriormente referido, duplicamos a velocidade de acesso à Internet para todo o Universo ISCMST e de acesso entre todos os edifícios, garantido maior fluidez nas tarefas a realizar, bem como o acesso aos vários sistemas.

Efetuamos também um corte definitivo com um sistema legado (IPBrick) que persistia como suporte a algumas funções já residuais como alguns e-mails (antigos) e o sistema já obsoleto de VPN que gerava com frequência problemas nos acessos.



Durante este período foi ainda possível instalar uma firewall de perímetro, que garante segurança logo à entrada da rede informática da ISCMST, e em simultâneo configurar um novo serviço de VPN, independente do operador de comunicações, que nos dá liberdade de gerar e forma centralizada todos os acessos externos de colaboradores e parceiros.

A substituição do CORE (nó) Central de rede efetuada concedeu maior velocidade e estabilidade em toda a rede informática e possibilitou a segregação de tráfego WIFI Guest exclusivamente para a INTERNET, isolando desta forma a rede corporativa de acessos indevidos.

A reestruturação em curso foi consolidada com a utilização de um equipamento já existente para garantir um sistema de backup centralizado, com capacidade para recuperação de ficheiros até 30 dias. Este sistema de backup tem sido utilizado para recuperação de ficheiros com maior frequência do que inicialmente se previa, o que comprova a sua utilidade.

No final de 2020 surgiu a necessidade de criar uma estrutura de suporte à rede informática para a nova Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração, integrando essa nova unidade na rede informática da ISCMST.

Ainda em 2020, iniciamos um trabalho de fundo na reestruturação de toda a rede informática, telefónica e televisiva na casa de Repouso de Real, dotando essa estrutura com sistema WIFI, sistema de chamada de enfermeiro (emergência) e cobertura total com sistema televisivo, projeto que está agora em fase final por ter sofrido atrasos com a impossibilidade de execução dos trabalhos devido à Pandemia.



Foi dado seguimento ao plano traçado para o ano em análise tendo sido um sucesso no que diz respeito ao atingimento dos objetivos.

Tudo o que nos havíamos proposto para 2020 foi concretizado, a saber:

- Bairro da Misericórdia

Das 8 moradias de tipologia T2 e 2 moradias de tipologia T1, 4 de tipologia T2 foram colocadas no mercado de arrendamento, tendo sido iniciados todos os processos tendentes ao início das obras de mais 2 moradias de tipologia T1 e 2 moradias de tipologia T2;





- Na área da Saúde entrou em funcionamento, a 9 de Novembro, a nova Unidade de Cuidados Continuados de Longa duração e Manutenção “Comendador Alberto Machado Ferreira”, no antigo edifício da ARCO Têxteis. Uma Unidade com capacidade para 36 camas, sendo 34 objeto de contratualização com a A.R.S. – Norte e 2 camas para negociação com privados, nomeadamente seguradoras.





A nossa aposta na qualidade passa pela constante renovação e remodelação dos espaços atualmente existentes. Proporcionarmos a melhor comodidade, conforto e assistência aos nossos utentes é um objetivo permanente.

O investimento feito totalizou €2.778.345,00.



Apesar de todas as preocupações e prioridades vividas em 2020, a Misericórdia de Santo Tirso procurou não descuidar a sua consciência ambiental, prosseguindo com os contínuos cuidados, já óbvios em anos anteriores, na preservação do meio ambiente (abrangendo na sua agenda uma gradual aposta em estratégias relacionadas com a sustentabilidade ambiental):

- Reestruturação dos Grupos de Trabalho na área dos consumos, procurando a racionalização da utilização de energia através da promoção de boas práticas e comportamentos mais sustentáveis junto de colaboradores e utentes. Em meados de 2020 os grupos de trabalho foram suspensos devido à pandemia vivida;
- Persistente consciencialização para os hábitos de consumo de utentes e colaboradores, alertando para o impacto ambiental e económico da utilização eficiente de energia;
- Preservação e limpeza de matas da instituição procurando prevenir incêndios e contribuindo para o equilíbrio da fauna e da flora, bem como procurando diminuir a poluição ambiental;
- Renovação gradual de equipamentos tecnológicos, com a aposta crescente em materiais e tecnologia “verde”;
- Substituição progressiva de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de baixo consumo;

- Aplicação de redutores de fluxo de água em torneiras, chuveiros e autoclismo;
- Instalação de sensores de temporizador e sensores de presença;
- Consciencialização para a utilização do papel e outros materiais descartáveis de forma mais consciente;
- Manutenção do registo no SILiAmb (Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente), desde 2007, para controlo de resíduos, onde são validadas guias eletrónicas de recolha de resíduos hospitalares, óleos alimentares, embalagens, vidro, papel e cartão, plástico e componentes perigosos retirados de equipamentos.
- Utilização de Sistema de Gestão de Resíduos, fazendo a devida separação de materiais para reciclagem e de resíduos biológicos.

A instituição acredita que esta aposta continua em políticas de sustentabilidade ambiental conduzirá não apenas a benefícios ambientais, como também a proveitos económicos, sociais e culturais tanto a curto como a médio e longo prazo.



O trabalho desenvolvido neste Departamento apresenta-se como uma estratégia de comunicação integrada, orientado para dar visibilidade aos objetivos e à missão da Instituição. Pretende assegurar o desenvolvimento da política de comunicação interna e externa da Misericórdia, pois o seu crescimento e a constante necessidade de aproximação com múltiplos stakeholders obriga a uma atualização constante da sua rede de comunicação. É o responsável pela promoção da imagem institucional, da sua identidade visual, impressa e digital aproximando-se de diferentes públicos através das Redes Sociais, Site institucional, Revista da Misericórdia, Newsletter, Emails e Imprensa.

Pretende-se uma comunicação fluída, positiva e ativa capaz de divulgar a dinâmica interna junto da Comunidade, de Irmãos, Utentes, Familiares, Colaboradores/as e Parceiros institucionais. Assim, com o intuito de garantir continuidade numa imagem contemporânea e de reforço da política de comunicação eficaz, o ano 2020 foi marcado pela implementação de uma estratégia voltada para as redes sociais. Tal opção justificou-se pelo surto de COVID-19 que condicionou a realização de eventos/contactos presenciais, impediu durante muitos meses a aproximação dos/as utentes das ERPI aos seus/suas familiares implicando uma necessidade de reforço da comunicação digital, mediante um conjunto de dinâmicas.

- Reforço da comunicação através das Redes Sociais e Plataformas Online:
 - Gestão de conteúdos com difusão de comunicados institucionais com especial enfoque na Página Facebook (300 publicações) e Instagram (120 publicações), privilegiando a interação com familiares de utentes e comunidade (especialmente na fase mais aguda da pandemia vivida na Instituição);



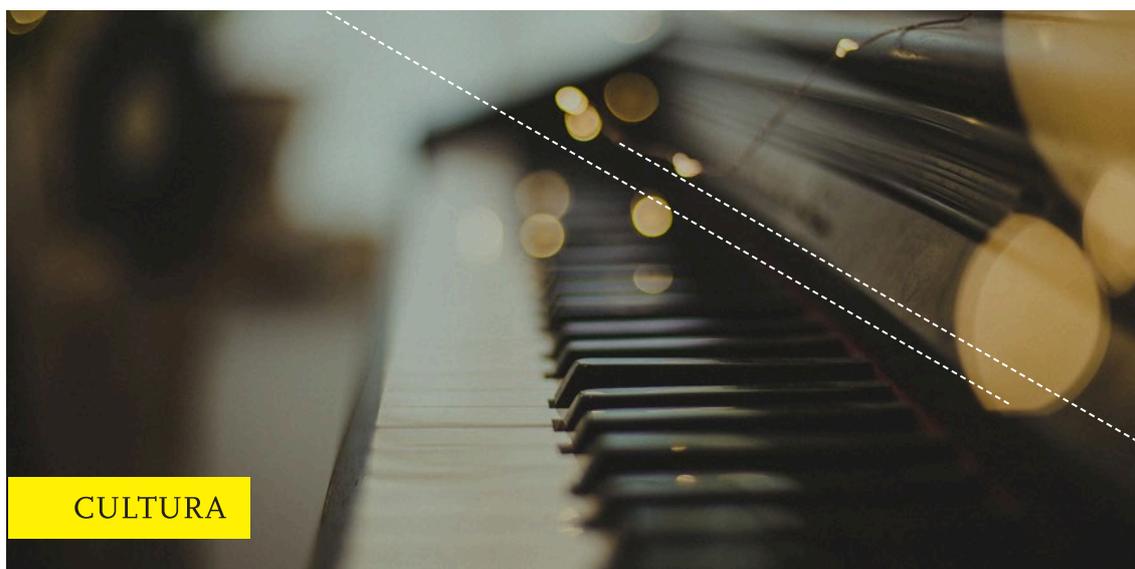
(Publicações que geraram mais reações na página Facebook em 2020)

- Criação de Vídeos e transmissões em direto para reforço da comunicação digital (transmissão em direto da Missa de Aniversário via Facebook; Vídeo com Mensagem de Natal do Provedor; Vídeo de entrega da medalha 25 anos antiguidade Colaboradores);
- Difusão de Newsletter, incluindo atualização de mailing list dos Irmãos da Instituição;
- Gestão de imagens e notícias do Site institucional, com necessidade de adaptação da estrutura aos conteúdos relacionados com COVID-19;
- Criação de formulário online, em formato pdf editável, para Inscrições do J. Infância.



- Aposta na Comunicação Imprensa/Visual/Digital:
 - Edição dos números 39 e 40 da Revista da Misericórdia;
 - Gestão de conteúdos das páginas de Intranet e LinkedIn;
 - Assessoria de imprensa e produção de notícias divulgadas em diferentes media (Imprensa local, regional e nacional através do Jornal “Voz das Misericórdias”);
 - Apoio na conceção de diferentes suportes de comunicação e divulgação: cartazes de divulgação, inovação nos Relatórios e Planos de Atividade e Sinalética com destaque para a nova UCC.
- Organização de Eventos/Momentos de aproximação com diferentes instituições e públicos:
 - Organização da Visita do Bispo do Porto à ISCMST;
 - Organização da comemoração do 135º Aniversário da ISCMST;
 - Apoio na organização da exposição “Marias sem Medo”, patente no Metro do Porto;
 - Apoio na cerimónia de bênção da reabilitação do Bairro da Misericórdia.

Salienta-se que a atipicidade provocada pela pandemia impossibilitou a organização e realização de eventos ao longo do ano, levando mesmo ao cancelamento de algumas iniciativas agendadas para o 1º semestre do ano.



A cultura é para a Misericórdia de Santo Tirso uma área de referência que merece a nossa melhor atenção.

O apoio na rentabilização de espaços culturais voltados para a comunidade traduz-se, desde 1987, na disponibilização do Auditório “Centro Eng.º Eurico de Melo”, sendo que, em 2019, este espaço iniciou diligências para a sua remodelação e renovação. Mas, para além das necessárias obras de requalificação apenas terem dado os primeiros passos em 2019, o ano 2020 confrontado que foi com o surto de COVID-19, tornou inviável a continuidade da requalificação deste espaço cultural.

Assim, o Auditório apenas cumpriu com a dinâmica mínima e estritamente necessária, destacando-se a realização das Assembleias Gerais da ISCMST para votação do Plano de Atividades 2021 e Relatório e Contas 2019, uma ou outra sessão de esclarecimento e a formações dirigidas a colaboradores, relacionadas com a pandemia e cumprindo com as orientações de distanciamento social e segurança emanadas pela DGS.

O surto de COVID-19 também condicionou a organização de eventos voltados para a comunidade, bem como os habituais momentos culturais e recreativos direcionados ao público interno, pela impossibilidade de utilizar os espaços da Instituição habitualmente disponíveis (Sala Multiusos, Centro Comunitário de Geão, etc.).

Apesar de o Coral da Misericórdia ser um divulgador do nome da Misericórdia e do concelho de Santo Tirso dentro e fora do país, também foi forçado a suspender a sua atividade aguardando pelo regresso à normalidade. Continuámos a tentar encontrar



mecenas que ajudem a financiar esta atividade, não podendo deixar de referir que até ao momento não surgiu qualquer outro tipo de apoio.

O Coro dos Pequenos Cantores da Misericórdia também suspendeu ensaios e concertos em 2020, apesar de ter participado em dois momentos culturais distintos:

- VII Encontro de Coros, Igreja de Santa Cristina do Couto;
- Eucaristia de Aniversário da Misericórdia de Santo Tirso.

5. Demonstrações Financeiras

IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S^o TIRSO

NIF 500 852 502
MOEDA EUROS

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	33 918 371,97	32 582 951,86
Activos intangíveis			
Outros Investimentos financeiros		35 504,94	35 181,52
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
		33 953 876,91	32 618 133,38
Activo corrente			
Inventários	7	56 328,67	38 424,18
Creditos a Recøber	15.4	550 273,51	409 150,15
Estado e outros entes pÙblicos	15.2	77 575,41	63 566,30
Fundadores /Beneméritos/Doadores/Associados/Membros	15.3	4 327,50	3 140,00
Diferimentos	15.6	7 180,44	4 780,00
Outros Ativos Correntes	15.5	241 254,18	173 717,22
Caixa e depÙsitos bancários	15.7	546 297,94	594 267,56
		1 483 237,65	1 287 045,41
Total do activo		35 437 114,56	33 905 178,79
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.8	3 117 461,88	3 117 461,88
Excedentes tÙcnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		2 959 324,19	3 204 246,16
Excedentes de revalorização		20 144 178,75	20 449 706,76
Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais		4 102 764,04	4 105 623,19
		30 323 729,66	30 877 037,99
Resultado líquido do período		-675 166,56	-550 449,98
Total dos fundos patrimoniais		29 648 563,10	30 326 588,01
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	1 607 099,95	1 165 423,86
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	11	1 599 436,77	30 586,54
Outras dívidas a pagar			
		3 206 536,72	1 196 010,40
Passivo corrente			
Fornecedores	15.9	486 439,15	427 276,58
Adiantamentos de Clientes		440 331,42	412 693,77
Estado e outros entes pÙblicos	15.2	231 992,28	244 072,51
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	11	347 014,79	184 770,13
Diferimentos	15.6	94 501,33	8 957,39
Outras contas a pagar	15.10	981 735,77	1 104 810,00
Outros passivos financeiros			
		2 582 014,74	2 382 580,38
Total do passivo		5 788 551,46	3 578 590,78
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		35 437 114,56	33 905 178,79

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

[Handwritten signatures]
 REPRODUÇÃO PROIBIDA
[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]
 Armando Godinho d. Silva



MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO

IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S^o TIRSO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte 500 852 502

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	3 266 186,96	3 421 897,26
Subsídios à exploração	10	3 686 721,07	2 862 265,83
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	793 636,09	685 690,44
Fornecimentos e serviços externos	15.12	1 461 721,06	1 295 346,61
Gastos com o pessoal	12	5 068 767,65	5 063 839,88
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	934,86	6 894,61
Provisões (aumentos/reduções)	9	459 176,09	258 008,01
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	15.13	999 545,67	1 186 804,65
Outros gastos	15.14	110 789,59	91 904,13
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		57 428,36	69 284,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	728 600,86	618 166,60
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-671 172,50	-548 882,54
Juros e rendimentos similares obtidos	15.15	1 388,94	1 396,02
Juros e gastos similares suportados	15.15	5 383,00	2 963,46
Resultados antes de impostos		-675 166,56	-550 449,98
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-675 166,56	-550 449,98

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

[Handwritten signatures and names of the administrative board members]
 Francisco Isabel / Aurora Lopes /
 Múrcia Spina / António /
 Hilário Roberto / Vítor /
 REPRODUÇÃO PROIBIDA

[Handwritten signature of the Certified Accountant]
 Armando Galvão de Lenc

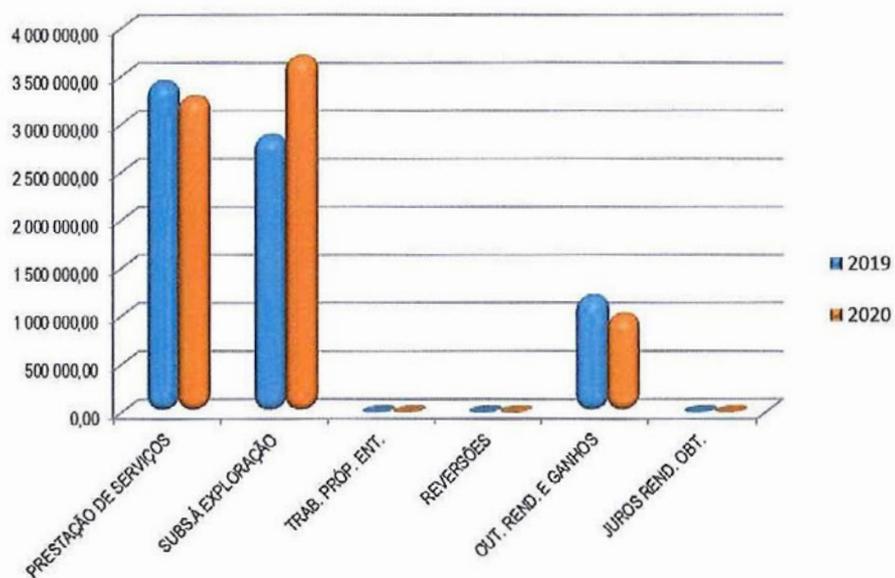
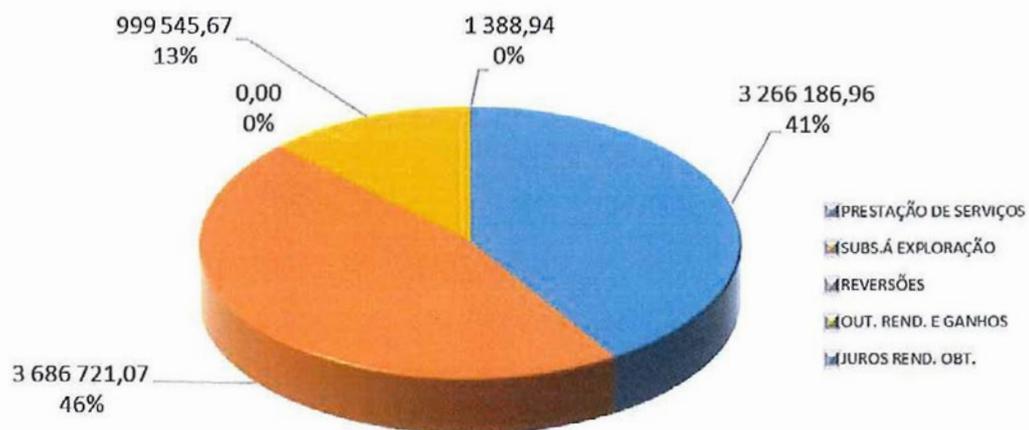
6. Análise

Rendimentos

	2019	2020	DIF.	DIF. %
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3 421 897,26	3 266 186,96	-155 710,30	-4,55%
SUBS.À EXPLORAÇÃO	2 862 265,83	3 686 721,07	824 455,24	28,80%
REVERSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00%
OUT. REND. E GANHOS	1 186 804,65	999 545,67	-187 258,98	-15,78%
JUROS REND. OBT.	1 396,02	1 388,94	-7,08	-0,51%
TOTAL	7 472 363,76	7 953 842,64	481 478,88	6,44%

Verifica-se um aumento dos Rendimentos em 6.44% (€ 481.478.88), devido ao seguinte:

- Diminuição da rubrica Prestação de Serviços em 4.55% (€155.710.30), essencialmente derivado ao período de pandemia com encerramento de março a maio das Clínicas e Jardim de Infância, diminuição atenuada pela entrada em funcionamento em novembro da nova Unidade de Longa Duração e Manutenção;
- Aumento da rubrica Subs. à Exploração em 28.90% (€824.455.24), principalmente relacionado com a atribuição de donativo e entrada em funcionamento em novembro da nova Unidade de Longa Duração e Manutenção;
- Diminuição da rubrica Outros Rendimentos e Ganhos em 15.78%, pela alteração da contabilização dos donativos, (ver explicação do aumento dos Subs. à Exploração), que passaram para a conta subsídios à exploração.



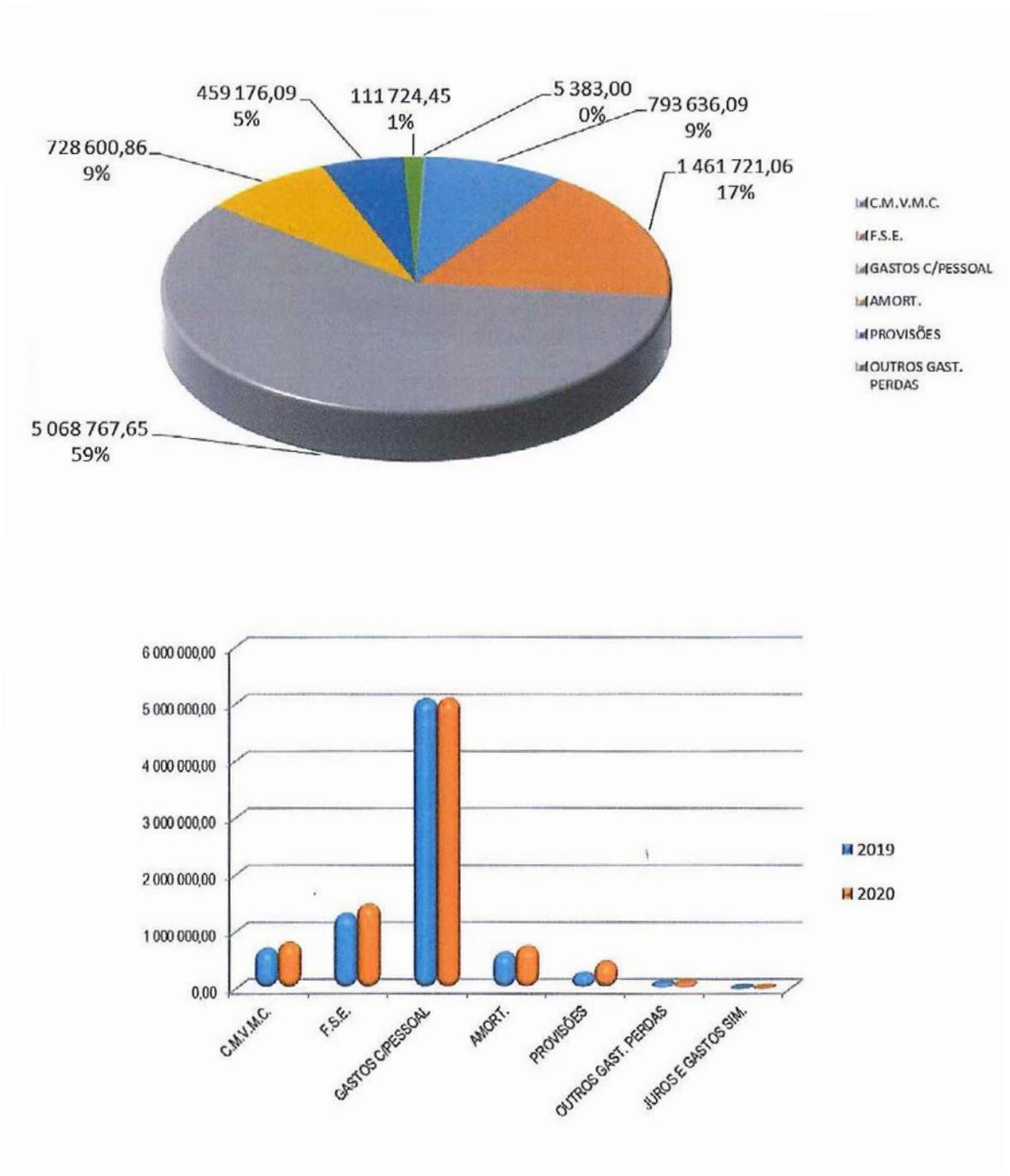
Gastos

	2019	2020	DIF.	DIF. %
C.M.V.M.C.	685 690,44	793 636,09	107 945,65	15,74%
F.S.E.	1 295 346,61	1 461 721,06	166 374,45	12,84%
GASTOS C/PESSOAL	5 063 839,88	5 068 767,65	4 927,77	0,10%
AMORT.	618 166,60	728 600,86	110 434,26	17,86%
PROVISÕES	258 008,01	459 176,09	201 168,08	77,97%
OUTROS GAST. PERDAS	98 798,74	111 724,45	12 925,71	13,08%
JUROS E GASTOS SIM.	2 963,46	5 383,00	2 419,54	81,65%
TOTAL	8 022 813,74	8 629 009,20	606 195,46	7,56%

Os Gastos apresentam um aumento de 7,56% (€606.195,46), devido essencialmente ao seguinte:

- Rubrica de Gastos C/ Pessoal manteve-se praticamente inalterada, apesar da atualização do salário mínimo nacional e consequente repercussão ponderada nos diversos escalões da instituição. O absentismo durante o período de pandemia, compensou essa atualização de salários;
- Aumento de 15,74% (€107.945,65) na rubrica C.M.V.M.C., principalmente relacionado com os aumentos de gastos relacionados com higiene; e segurança, derivados da situação de pandemia;
- A rubrica F.S.E. aumentou em 12,84%, essencialmente derivado de rendas no montante de 172.861,07 de contrato renting. As restantes rubricas: Gás aumento de (€ 4.241,56), diminuição na Eletricidade (€3.915,28), aumento Comunicação (€8.753,44), aumento Deslocações e Transporte (€697,38), aumento Seguros (€2.702,68), o aumento na Conservação de Prédios (€2.005,01) e Ferramentas e Utensílios (€17.703,68), diminuição Água, Saneamento e Resíduos (€5.308,98) e aumento Encargos com Utentes (€7.801,87).

Não podemos deixar de realçar a exigente e rigorosa política de gestão, onde é desafiado permanentemente o profissionalismo, empenho, transparência e capacidade de sacrifício de todos os colaboradores da instituição, nomeadamente nas rubricas acima referidas onde se verificaram poupanças significativas.



Resultados

MEIOS LIBERTOS	2020
Provisões	459 176,09
Amortizações	728 600,86
Resultado Líquido	-675 166,56
Meios Libertos	512 610,39

Meios Libertos de €512.610,39

- RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO: -€675.166,56
- AMORTIZAÇÕES: €728.600,00
- PROVISÕES: €459.176,09

Proposta de Aplicação de Resultados

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido negativo do período, no montante de 675.166,56 euros, seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados transitados: -675 166,56 euros.

NOTAS:

REAL VS ORÇADO

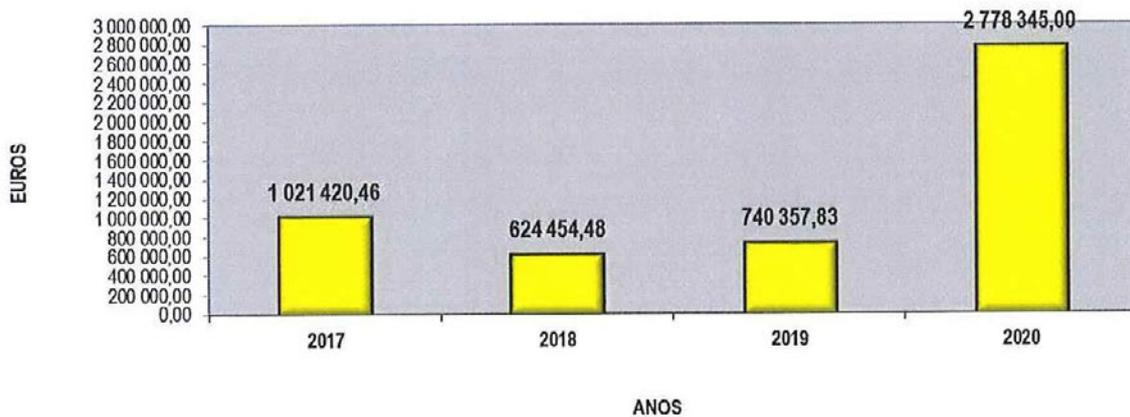
Pese embora o rigor orçamental com que foi elaborado o documento para 2020, a situação pandémica em que o país mergulhou a partir de março, alterou as contas afetando significativamente a receita com a diminuição das prestações de nossos utentes/clientes e exponenciando os CMVMC e FSE's., conforme referenciado anteriormente.



Investimento

No ano de 2020 foi feito um investimento de €2.778.345,00 com destaque para a conclusão da reabilitação do edifício e aquisição de equipamento para abertura da Unidade de Longa Duração e Manutenção no total de €2.196.007,51.

O último quadriénio apresenta assim um total de investimento de €5.164.577,77.



Anexos

Anexo

*Certificação Legal
das Contas*

*Parecer do
Conselho Fiscal*



**MISERICÓRDIA
DE SANTO TIRSO**

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	6
4	Activos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	13
6	Custos de Empeustos obtidos	13
7	Inventários	13
8	Rendimentos	14
9	Provisões	14
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	15
11	Instrumentos financeiros	16
12	Benefícios dos empregados	16
13	Acontecimentos após a data do balanço	16
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	17
15	Outras divulgações.....	17





1 Identificação da Entidade

A "IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S^o TIRSO" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social nos termos do nº1 do artigo 1º do estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº119/83 de 25 de Fevereiro registada na Direção Geral de Ação Social em 14-09-83 no livro das Irmandades da Misericórdia, fls.141 e 141 verso sob o nº 55/83, com sede em Rua da Misericórdia, 171 4780-501 - SANTO TIRSO.

Exerce a sua atividade no campo social, competindo-lhe para a prossecução dos seus objetivos:

- Promover o diagnóstico e implementação de medidas na área da saúde, ação social e afins;
- Estabelecer redes e parcerias com entidades públicas ou privadas para a definição e concretização de estratégias de ação;
- Criar e dinamizar valências para servir a comunidade ou grupos sociais específicos e franjas sociais mais desfavorecidas;
- Garantir o funcionamento das respostas sociais criadas;
- Promover a qualidade dos serviços prestados, de modo a garantir o bem-estar dos utentes;
- Garantir a igualdade de oportunidades e a não discriminação social;
- Promover iniciativas de formação profissional ou de carácter educativo / formativo, para ativos e/ou elementos externos à Instituição, de modo a contribuir para o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos mesmos;
- Divulgar as ações desenvolvidas aos Irmãos e à comunidade local;
- Preservar o seu património com valor histórico e artístico;
- Recorrer a iniciativas de financiamento nacionais e comunitárias para a prossecução dos seus fins;
- Gerir o seu património de rendimento, segundo critérios de eficiência e rentabilidade.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), a qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º



158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas);
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras)

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspectos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação, que de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo então em vista tão somente a superação desta lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos da contabilidade da Entidade, foram considerados as seguintes bases de preparação:

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime da periodização económica

Os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

Os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são respectivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respectiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas na rubrica “Outras Contas a Receber”, em “Devedores por acréscimo de rendimento”. Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de “Diferimentos”, em “Rendimentos a reconhecer” ou “Gastos a reconhecer”, respetivamente.

- Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para selecção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração de apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura da apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

- Materialidade e agregação

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados passa as ESNL.

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens do balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

- Comparabilidade

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a.1) Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011 (data de transição para NCRF-ESNL) encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição deduzido de depreciações e quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Para os terrenos e edifícios optou-se pelo modelo de revalorização dado que a generalidade dos mesmos foi adquirida antes de 1999 (registo informático disponível), não sendo possível identificar de forma inequívoca o seu valor de aquisição. Neste sentido, o processo de avaliação dos imóveis foi finalizado em 2016.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo activo são movimentadas contra a respectiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração de resultados como perdas de imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no

justo valor dos activos revalorizados, sendo consideradas sempre que estas difiram materialmente da quantia escriturada.

Quando os activos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciables, são também transferidos para a rubrica de Resultados Transitados.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)	Taxa de depreciação
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	10 - 50	2,00% - 10,00%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento de transporte	5	25,00%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Outros Activos fixos tangíveis	6	16,66%

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

a.2) Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada, tendo sido estimada uma vida útil de 3 anos para os Programas de Computador.

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita é assumido como sendo zero.

a.3) Investimentos financeiros

O registo está efetuado pelo custo de aquisição no que se refere às participações de capital. Relativamente aos títulos da dívida pública, anualmente são retificados pelo valor do mercado.

a.4) Inventários

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio de aquisição.

a.5) Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Encontram-se registadas nesta rubrica, pela quantia realizável, as quotas, procedentes dos irmãos, com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a

receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

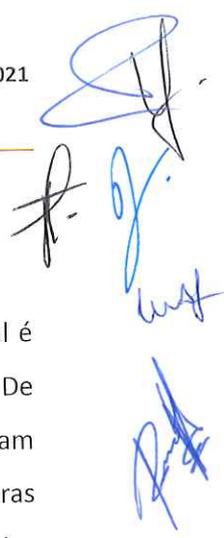
As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente, quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

a.6) Subsídios e outros apoios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração de resultados do período em que os programas ou contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com activos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.



a.7) Doações

Os ativos recebidos por herança ou doação, são registadas no ativo, ao justo valor, o qual é determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente. De acordo com o preconizado na Portaria 2019/2015, de 23 de julho, as doações que estejam associadas a ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente registadas na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais”, sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos – Imputação de doações para investimentos”, à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

a.8) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

a.9) Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

a.10) Imposto sobre o rendimento

Nos termos do despacho de 22 de Fevereiro de 1991, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi concedido à Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, a isenção de IRC, no que respeita aos “rendimentos comerciais e industriais diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários”, “aos rendimentos de capitais, com exceção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados”, aos rendimentos prediais e aos ganhos de mais-valias.

b). Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4 Activos Fixos Tangíveis

Os activos tangíveis, com excepção das classes de terrenos, edifícios e objectos de arte, estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os bens da classe de terrenos, edifícios e objectos de arte estão valorizados de acordo com o modelo de revalorização, segundo o qual um activo fixo tangível é escriturado por uma quantia revalorizada, a qual corresponde ao seu justo valor à data da revalorização menos depreciações e perdas de imparidade subsequentes.

No caso de bens do activo fixo tangível atribuídos a título gratuito, o custo pode ser desconhecido. Nestes casos, os bens podem ser mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim apurada corresponde ao custo considerado para efeitos de mensuração no reconhecimento.

Os bens do activo fixo tangível são depreciados de acordo com o método da linha reta. De acordo com esse método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.375.072					8.375.072
Edifícios e outras construções	25.203.321	149.422		2.308.193		27.660.936
Equipamento básico	1.259.725	162.353				1.422.078
Equipamento de transporte	449.537					449.537
Equipamento administrativo	553.472	36.925	195			590.202
Outros Ativos fixos tangíveis	871.592	47.956				919.548
Total	36.712.719	2.704.849	195	2.308.193		39.417.373
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	2.546.404	562.600				3.109.004
Equipamento básico	1.217.736	71.764				1.289.500
Equipamento de transporte	400.447	22.370				422.817
Equipamento administrativo	518.297	35.326	195			553.428
Outros Ativos fixos tangíveis	361.580	35.803	969			396.414
Total	5.044.464	727.863	1.163			5.771.163

Activos Fixos Tangíveis em Curso

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Residências	130.432	197.693		303.614		24.511
Reabilitação Casa Repouso	199.403	48.247				247.650
UCC ULD (Arco)	584.861	1.419.718		2.004.579		0.00
Total	914.696	1.665.658		2.308.193		272.161

Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

- Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos:

Ativos fixos tangíveis dados como garantia	Quantia escriturada	Passivo associado	Valor do passivo 31.12.2020
UCC ULD (Arco)	2.544.255	Financiamento ao abrigo do IFRRU 2020 (Santander)	1.581.704

5 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2020 mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	147.439	738				148.177
Total	147.439	738				148.177
Amortizações Acumuladas						
Programas de Computador	147.439	738				148.177
Total	147.439	738				148.177

6 Custos de empréstimos obtidos

Descrição	2020	2019
Juros de Financiamentos obtidos	3.166	712
Juros de Locação Financeira	2.217	2.251

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019				2020		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	35.338	688.276	500	38.424	796.940	14.601	56.329
Total	35.338	688.276	500	38.424	790.332	14.601	56.329
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				685.690	793.636		

8 Rendimentos

Um reconhecimento de um redito exige que (i) a respetiva quantia possa ser fiavelmente mensurada, (ii) que seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade, e (iii) que os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Para os períodos de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores e estadias	2.258.453	2.069.070
Quotas e joias	119.693	214.798
Serviços secundários	888.041	1.138.030
Juros	1.389	1.396
Total	3.267.576	3.423.294

9 Provisões

A Instituição reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No exercício, foi reconhecido como provisão, o valor de 459.176,09 euros, referente a responsabilidades futuras assumidas, com os clientes/utentes, das valências residenciais. De acordo com os contratos celebrados com estes utentes, a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, obriga-se à prestação de serviços de alojamento, alimentação, tratamento de roupa,

cuidados de saúde básicos, higiene e conforto pessoal e acompanhamento psicossocial a título vitalício.

10 Subsídios

Em 2020 e 2019, a Entidade reconheceu como rendimento os seguintes subsídios:

Descrição	2020	2019
Subsídios relacionados com ativos		
Comiss. Regional Norte Luta Contra a Pobreza	5.515	5.515
Programa Operacional Integrar	4.988	4.988
Ministério do Trabalho e da Solidariedade	10.050	10.050
Saúde XXI	2.000	2.000
ARS Norte-Programa Modular	15.000	15.000
Câmara Municipal de Santo Tirso	2.500	2.500
Fundo Rainha Dona Leonor	3.339	3.339
Programa Operacional Regional do Norte	13.174	13.174
IFAP	989	1.114
Total	57.555	57.680
Subsídios relacionados com rendimentos		
Instituto Segurança Social (Acordos Cooperação)	2.261.383	2.137.397
ARS (Acordos Cooperação)	726.565	605.062
Secretaria- Geral Ass. Parlamentares e Igualdade	646	30.600
POISE – 03-4437-FSE -000185	85.001	85.587
Outros	67.634	3.620
Total	3.141.229	2.862.266

11 Instrumentos financeiros – financiamentos obtidos

Contratos Locação Financeira	2021	>2021
Banco BPI,SA	5.954	9.677
Montepio Crédito, SA	6.923	8.056
Hewlett-Packard Portugal, Lda.	138	
Empréstimos Bancários		
Montepio	184.000	
Banco Santander (IFRU)		1.581.704
Banco Santander	150.000	

12 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 377 e em 31/12/2019 foi de 350.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao pessoal	4.153.027	4.148.513
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	832.781	852.590
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	44.525	43.088
Outros Gastos com o Pessoal	38.434	19.649
Total	5.068.768	5.063.840

13 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido ao art.º 210º do Código Contributivo, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Imposto sobre o rendimento

Nos termos do despacho de 22 de Fevereiro de 1991, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi concedido à Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, a isenção de IRC, no que respeita aos “rendimentos comerciais e industriais diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários”, “aos rendimentos de capitais, com exceção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados”, aos rendimentos prediais e aos ganhos de mais-valias.

15.2 Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Activo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	42.638	28.628
IMT – reembolsos pedidos	34.938	34.938
Total	77.576	63.566
Passivo		

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	8.788	26.288
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	39.825	37.204
Outras Tributações	960	568
Segurança Social	182.419	180.013
Total	231.992	244.073

15.3 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Activo		
Quotas	4.328	3.140
Total	4328	3.140

15.4 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c		
Clientes a)	478.838	355.069
Utentes	71.190	53.531
Clientes e Utentes com potencial imparidade		
Clientes		550
Utentes	245	0
Total	550.273	409.150

a) ARS, ADSE e ISS

Nos períodos de 2020 e 2019 encontram-se reconhecidas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2020	2019
Clientes		6.895
Utentes	934	
Total	934	6.895

15.5 Outros activos correntes

A rubrica "Outros activos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos ao pessoal	1.285	100
Outros Devedores	239.969	173.617
Total	241.254	173.717

Em 2020, o saldo de outros devedores corresponde essencialmente à Secretaria-Geral dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e à verba aprovada pelo POISE-Centro de Emergência IRIS.

15.6 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
	7.180	4.780
Total	7.180	4.780
Rendimentos a Reconhecer		
	94.501	8.957
Total	94.501	8.957

15.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2020	2019
Caixa	6.640	19.919
Depósitos à ordem	238.075	221.148
Depósitos a prazo	301.583	353.200
Outros		
Total	546.298	594.267

15.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3.117.462			3.117.462
Resultados transitados	3.204.246	305.528	550.450	2.959.324
Excedentes de revalorização	20.449.707		305.528	20.144.179
Subsídios	2.015.781		56.589	1.959.192
Doações	2.089.842	64.790	11.059	2.143.573
Total	30.877.038	370.318	923.626	30.323.730

Os movimentos ocorridos na rubrica de resultados transitados correspondem à aplicação do resultado líquido do período anterior 550.450€ e ao excedente das reservas de revalorização libertado do exercício 305.528€.

As outras variações de fundos patrimoniais incluem as doações e os subsídios ao investimento.

15.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	486.439	427.277
Total	486.439	427.277

15.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal (Remunerações a pagar)		764.273		695.175
Fornecedores de Investimentos		105.775		333.957
Outros credores		111.687		75.678
Total	0	981.735	0	1.104.810

15.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e outros entes públicos	3.141.173	2.859.898
Subsídios de outras entidades	55	2.368
Doações e heranças	545.493	
Legados		
Total	3.686.721	2.862.266

15.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	187.270	234.714
Serviços especializados	526.058	499.011
Materiais	64.446	46.742
Energia e fluidos	383.343	393.484
Deslocações, estadas e transportes	3.395	4.093
Serviços diversos	297.209	117.303
Total	1.461.721	1.295.347

15.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos ” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	500.119	544.834
Descontos de pronto pagamento obtidos	218	79
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	331.876	435.326
Outros rendimentos e ganhos	165.425	157.898
Diferenciais apurados pela Seg. Social (LJLA)	1.908	48.667
Total	999.546	1.186.804

15.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	7.397	7.528
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Perdas em inventários	590	186
Gastos e perdas investimentos não financeiros	7.170	25.000
Outros Gastos e Perdas	95.633	59.190
Total	110.790	91.904

15.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.389	1.396
Juros suportados	5.383	2.963
Resultados Financeiros	-3.994	-1.567

15.16 Orgãos Diretivos**CORPOS SOCIAIS PARA O QUADRIÉNIO 2019-2022****MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Presidente	- Joaquim Barbosa Ferreira Couto, Dr.
Vice-Presidente	- José Pedro Castro C. Morêda Miranda, Dr.
Secretário	- António Lerenó Sousa Machado, Eng ^o

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	- José dos Santos Pinto
Vice-Provedor	- Hélder Roberto Vilela Araújo, Eng. ^o
Secretária	- Maria Teresa Andrade Polónia, Dra.
Tesoureiro	- Ricardo José Salvador Batista, Dr.
Vogais	- Fernanda Isabel Faria Lages Torres, Dra
	- Duarte Manuel de Faria Gonçalves, Dr
	- Lucília Maria da Costa Afonso, Dra

Substitutos - José Luis de Sousa Marques

CONSELHO FISCAL

Presidente - António Jorge Pereira Ribeiro, Dr.

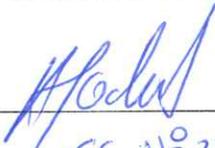
Vice-Presidente - Artur Manuel C. Guimarães Santoalha, Eng.º

Secretário - Albino Agostinho Martins Sousa, Eng.º

Substitutos - Sérgio Miguel Azevedo Carneiro
- Emilio Castelar Oliveira
- Paulo Jorge Almeida Ferreira Dias

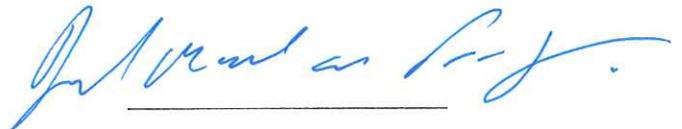
Santo Tirso, 26 de Fevereiro de 2021.

O Contabilista Certificado,

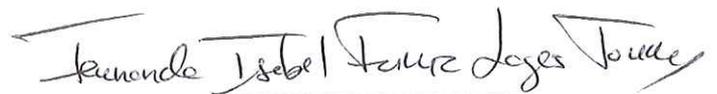

CC Nº 22565

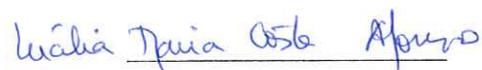
A Mesa Administrativa,

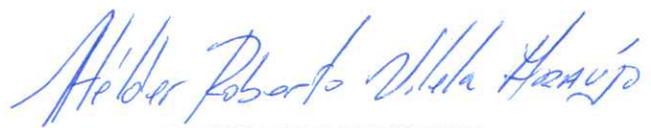


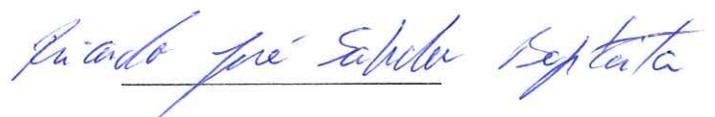














9. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 35.437.115 euros e um total de fundos patrimoniais de 29.648.563 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 675.167 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chama-se a atenção, para o divulgado no relatório de gestão, elaborado pela Mesa Administrativa, no que respeita, ao impacto do surto Covid 19, no funcionamento normal da Instituição e respetivas valências, durante o ano 2020.

A nossa opinião, não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

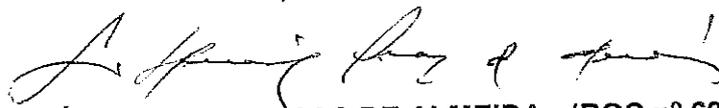
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 10 de março de 2021

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES, SROC
representada por:


JOSÉ HENRIQUE POÇAS DE ALMEIDA - (ROC nº 698)



10. PARECER DO CONSELHO FISCAL



10. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos do Artigo 31º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, vimos dar-lhes conhecimento da ação fiscalizadora para que fomos mandatados e emitir parecer sobre as Contas e o Relatório elaborados pela sua Mesa Administrativa, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

Através do acompanhamento próximo efetuado, tendo em conta a certificação legal de contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal teve oportunidade de aferir da atividade desenvolvida pela Mesa Administrativa e manteve contactos com os serviços com vista ao esclarecimento das contas, da parte de quem sempre teve a melhor colaboração.

Por outro lado, através de testes substantivos, procedeu à análise do relato financeiro e do suporte documental de saldos e das asserções contabilísticas, tendo concluído pela sua regularidade. Acresce ainda que o relatório satisfaz quanto à descrição da atividade desenvolvida e quanto à compreensão das contas.

É ainda de relevar que a informação constante neste Relatório traduz as opções estratégicas estabelecidas no Plano de Atividades e Orçamento para o ano em apreço.

Em conclusão, emitimos o nosso **PARECER**:

Nos termos da alínea c) do Artigo 31º do Compromisso, entendemos que a Assembleia Geral deve aprovar o Relatório e as Contas do ano 2020 apresentados pela Mesa Administrativa.

Registamos com apreço a dedicação que a Mesa Administrativa aplica no cumprimento dos seus objetivos, onde está inerente a constante procura de respostas às necessidades da comunidade.



Por fim, não podemos deixar de realçar o empenho e a entrega de todos/as os/as Colaboradores/as da Santa Casa pelo esforço constante na manutenção dos elevados padrões de qualidade dos serviços prestados e nos resultados atingidos.

O Conselho Fiscal agradece à Mesa Administrativa, aos Serviços e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela revisão legal das contas da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso toda a colaboração prestada no exercício das suas funções

Assim, propomos um voto de louvor à Mesa Administrativa e a todos/as os/as Colaboradores/as.

Santo Tirso, em 11 de Março de 2021.

O CONSELHO FISCAL

António Jorge Pereira Ribeiro, Dr. – Presidente

Artur Manuel C. Guimarães Santoalha, Eng.º – Vice-Presidente

Albino Agostinho Martins Sousa Eng.º – Secretário

MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO

Rua da Misericórdia, 171
4780-501 Santo Tirso

252 808 260

santacasa@ismst.pt